

CONSULTA UNICAMP 2017

Luís Alberto Magna



Quem é

Luís Alberto Magna é professor titular do Departamento de Genética Médica da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp desde 1987. Graduou-se em Medicina na Unicamp (1979), tendo realizado o mestrado em Biologia Celular e Molecular, no Instituto de Biologia (IB), em 1981, concentrando suas pesquisas em Genética Bioquímica e Farmacogenética, vindo a obter, no mesmo Instituto, o doutorado em Genética (1984). Em 1987, titulou-se livre-docente na área de Genética Médica da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, e professor titular na Universidade Federal de São Carlos, e posteriormente na Unicamp, em 1987. Foi chefe do Departamento de Genética Médica da FCM de

1986 a 1988, coordenador da Subcomissão de Pós-Graduação em Genética do IB em 1988, coordenador da Comissão de Pós-Graduação da FCM de 1988 a 1990 e diretor da FCM de 1990 a 1994. Como médico, exerceu atividades de extensão, atuando desde 1979 no Serviço de Genética Clínica do Departamento de Genética Médica até 1998, quando passou a atuar na especialidade de hematogenética do mesmo serviço, prestando aconselhamento genético a hemofílicos e familiares, a portadores de hemoglobinopatias hereditárias e orientação genética a doadores de sangue portadores de traço falciforme e hemoglobina C. Atualmente, exerce o cargo de pró-reitor de Graduação da Unicamp. Confira o seu [programa](#) de gestão.

JU – Como preservar a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Unicamp à comunidade, principalmente no setor de saúde, num cenário de recessão econômica e restrição orçamentária?

Luís Alberto Magna – Trata-se da capacidade de manter as atividades da Universidade, o que requer múltiplas ações, de curto e médio prazos; e, em ambos os casos, ações nos planos interno e externo. A redução do “custo Unicamp” pela eficiência no custeio e investimento, pela atuação nos processos e redução de seus prazos; para

isso, estabelecimento claro de prioridades e planejamento nas execuções são medidas essenciais.

Uma instância executiva, aqui chamada *Diretoria Executiva*, composta por todos os diretores das unidades, presidida pelo reitor e com a participação efetiva de todos os órgãos da hoje chamada “administração central” – pró-reitorias, DGA, DGRH, entre outros – permitirá estabelecer os caminhos para dotar a Unicamp de maior eficiência na execução orçamentária. A consequência dessa estrutura executiva é a autonomia plena de gestão orçamentária das Unidades, o que é essencial, já que cada uma delas tem particularidades e especificidades nas suas prioridades.

Mas, no plano externo, a força da marca Unicamp tem que estar presente, o que somente será conseguido com o envolvimento direto e pessoal do reitor, já que ajustamentos têm que ser acertados diretamente com a Presidência do TCE, assim como com o Ministério Público, o que tem que ser conduzido diretamente com o Procurador Geral de Justiça.

A área da saúde da Unicamp é um exemplo claro da necessidade da presença da Universidade, por seu reitor, tanto no gabinete do governador quanto por despachos rotineiros com os secretários de Estado, hoje inexistente. Fortalecer

a marca Unicamp é tratar diretamente com as instâncias decisórias e, no caso da saúde, o secretário de Estado da Saúde, readequando os parâmetros do Convênio SUS, tanto em relação ao tipo, número e valor de cada procedimento, hoje remunerados inadequadamente se compararmos aos mesmos procedimentos realizados nas outras universidades estaduais paulistas. E, ainda, a busca de parcerias com empresas, o que já existe na Unicamp mas de forma dispersa.

Tais parcerias têm-se mostrado efetivas na qualificação profissional e acadêmica e, como consequência, no aporte de recursos para manutenção e atualização do parque laboratorial de que dispõe a Unicamp. Em suma: renovação da gestão administrativa – *Diretoria Executiva* – reestruturação da gestão financeira – *autonomia plena de execução orçamentária às Unidades* – fortalecimento da marca Unicamp – *presença da Unicamp, por seu reitor, nas esferas de decisão do governo do Estado e Federal e nos órgãos de fiscalização e controle* – além de implementação das parcerias com empresas. Isso, no seu conjunto, garantirá estabilidade financeira, nos momentos de crise, e grande aumento da capacidade de investimento, incluindo o dimensionamento do quadro de pessoal, nos momentos de maior atividade econômica.

JU – Com 50 anos já completados, a Unicamp vê uma proporção expressiva seus docentes e funcionários mais experientes chegarem à aposentadoria. Se a perda da expertise desses profissionais já traria reveses em qualquer circunstância, agora essa movimentação ocorre num momento em que condições econômicas dificultam a reposição de quadros. Como minimizar os danos?

Luís Alberto Magna – O reequilíbrio financeiro e a retomada da capacidade de investimento da Unicamp, tratada em linhas gerais na questão anterior, são, sem dúvida, a garantia de que as reposições necessárias sejam adequadamente conduzidas. Importante salientar que tais reposições são críticas nas unidades; e que cada unidade tem suas particularidades e especificidades, além de estarem em momentos diferentes quanto aos seus planos de desenvolvimento e consolidação, daí a importância da plena autonomia de sua execução orçamentária, permitindo direcionar seus recursos para promoções ou reposições, mediante planejamento interno.

Gradativamente haverá uma natural, porém necessária, evolução do atual modelo de orçamento, baseado em série histórica, para um modelo de orçamento *qualificado*.

É esse o caminho pelo qual iniciamos a modernização da gestão da Unicamp em consonância com seus objetivos – ensino, pesquisa e atividades de extensão – baseada no conceito de *inteligência estratégica*, que se ajusta ao dinamismo de instituições como a nossa, permitindo, nessa qualificação, que se aplique plenamente um conceito daí derivado, o da *certificação inteligente*, que trata da estrutura e dos quadros necessários a cada momento, e que responde com agilidade a modificações circunstanciais ou conjunturais, tanto externas quanto internas. Importante ressaltar aqui o nosso lema: “Juntos **até 2021**”, com destaque para o “até”. Isso porque é parte essencial do nosso programa dotar a Unicamp de uma nova geração, qualificada para a sua administração.

O que é essa *nova* geração? Não somente os jovens, mas todos aqueles, dos diferentes segmentos de nossa comunidade, que tenham vocação e interesse em participar da administração universitária, função essencial e tão importante quanto as essencialmente acadêmicas. E para fazer isso é preciso quebrar, definitivamente, a cultura de grupos cujo interesse vai exatamente no sentido contrário, excluindo dessa oportunidade de qualificação setores importantes de nossa comunidade.

JU – A má conduta científica é uma preocupação crescente em todo o mundo,

pondo em risco a reputação de instituições e, mesmo, países – no ano passado, divulgou-se que 80% dos dados de testes clínicos chineses são falsos, um golpe para a imagem da ciência daquele país. Como tratar essa questão?

Luís Alberto Magna – Infelizmente, nenhum lugar do mundo está completamente imune a esse tipo de má conduta, a qual pode ser mais acentuada em alguns lugares do que em outros, mas a comunidade científica precisa sempre estar atenta a essa questão. A Unicamp, como parte desse cenário, igualmente tem se ressentido de episódios semelhantes. Importante dizer que, em muitos casos, passam-se anos até que a má conduta seja evidenciada, pois requer avaliação criteriosa pelos pares, isto é, os pesquisadores e especialistas na matéria, até que a inconsistência dos dados seja cabalmente mostrada.

Evidente que tais más condutas merecem todo o repúdio e devem ser apuradas com rigor e a maior rapidez possível, daí o fato de que, usualmente, as revistas científicas o fazem com mais presteza e precisão, ao contrário de instituições como a nossa. O Comitê de Ética em Pesquisa é órgão que não tem essas atribuições precipuamente, o que indica que, dada a comunicação do fato por um determinado periódico, cabe à instituição à qual pertence o pesquisador – ou pesquisadores – promover a

investigação para adotar as medidas aplicadas ao caso.

Por causa dessas questões, muitas revistas científicas e sociedades científicas têm comissões que cuidam especificamente dos desvios éticos dos pesquisadores, com quadros de assessores *ad hoc* rapidamente mobilizáveis para emissão de parecer conclusivo, o que pode ser pensado na Unicamp para, acima de tudo, preservar seu bom nome, que é o lastro da “marca Unicamp” que queremos ver fortalecida na defesa dos interesses institucionais de nossa Universidade.

JU – Também em escala global, a ênfase nas avaliações de qualidade de pesquisa vem se deslocando da mera atenção à produtividade para questões de impacto e relevância. Como a Unicamp deve responder a essa mudança cultural?

Luís Alberto Magna – Mais que uma mudança cultural, este sempre foi um anseio apregoado pela comunidade de docentes e pesquisadores da Unicamp, tanto que isso vem sendo utilizado, com sucesso, na avaliação de desempenho dos professores de cursos de pós-graduação e, também, na avaliação periódica do desempenho dos docentes da Universidade, quando da apresentação dos seus relatórios de atividades. Mas cabe aqui uma importante ressalva: se os

critérios de impacto e relevância são importantes, sua métrica não pode ser a mesma para todas as áreas dos saberes e conhecimentos: seria um contrassenso avaliar, pela mesma métrica – tipo de publicação, por exemplo – um artigo científico em Matemática ou em Física com uma publicação em Ciências Sociais ou Economia; para não falar em produção artística, nas suas diferentes expressões, ou em trabalhos desenvolvidos nas áreas da Saúde ou Engenharias.

O que aqui chamo atenção é que a medida com que o critério de impacto e relevância será aferido depende – mas depende muito – do tipo de produção e da área na qual tal produção se deu, pois sua divulgação, sempre necessária, segue caminhos diversos. Portanto, a Universidade tem que assumir, de uma vez por todas, a pura e simples descentralização da medida da qualidade do que, internamente, é produzido. E dar-lhe a importância como tal!

JU – Qual deve ser o papel do reitor frente a situações de conflito na comunidade interna, como a ocupação da Reitoria e as desavenças entre docentes e estudantes que ocorreram em 2016?

Luís Alberto Magna – Canais permanentes de diálogo com todos os setores da Unicamp são o único meio eficaz de evitar esses conflitos, pois manifestações deixam de ser necessárias: as

reivindicações estarão permanentemente em discussão e soluções encaminhadas, com a participação permanente das Unidades. Daí a importância da *Diretoria Executiva*, necessidade imediata para a Unicamp. Assim, reitor e diretores estarão, o tempo todo, sintonizados e prontos a responder, de acordo com a pertinência e o mérito das reivindicações, de maneira racional e pacífica, sem transtornos para a vida nos *campi*.

No entanto, caso manifestações venham a ocorrer, é necessário separar o quê se reivindica do como se reivindica. Manifestações legitimamente conduzidas e que não cerceiam os direitos de cada indivíduo ou parcela da comunidade são constitucionalmente previstas e garantidas; no entanto, ultrapassados os limites do previsto no ordenamento jurídico brasileiro, não podem ser toleradas e serão confrontadas nos limites da lei, preservando o interesse público acima de tudo.

JU – A relação recente do governo do Estado com a comunidade acadêmica tem sido tumultuada, com declarações do governador questionando pesquisas supostamente “inúteis” financiadas com dinheiro público e, já neste ano, pelo corte no orçamento da Fapesp. Como, em sua visão, a Reitoria deve se portar diante de um chefe do Executivo talvez indiferente ao ensino superior público?

Luís Alberto Magna – Pautar situações institucionais, como as descritas, pelo que é divulgado na mídia, mesmo que o que se divulgue sejam trechos de fala do governador, é sempre um risco. Como já afirmei aqui antes, a Unicamp – isto é, seus reitores – tem estado ausente das esferas de decisão do governo do Estado de São Paulo, muito embora seja parte do sistema de educação superior desse mesmo Estado.

Aí é que está o erro: essa ausência certamente leva à ausência de conhecimento e de interesse direto do governo, representado pelo governador e pelas secretarias de Estado, naquilo que é a natureza do trabalho realizado na Unicamp – o mesmo se aplica às demais universidades estaduais.

Portanto, a aparente indiferença pode tão simplesmente ser uma reação de alguém que não participa, assim como a Unicamp não participa, com prejuízos já demonstrados, nessa entrevista, das ações de governo e seu interesse institucional, como é o caso do Convênio SUS. A *força* da marca Unicamp é a maneira pela qual o reitor deve se portar, pois quem está distante é mal avaliado e, frequentemente esquecido. Quero crer que seja esse o caso aqui aludido.

JU – O discurso institucional tem pontuado a interação com a sociedade como uma das marcas históricas da Unicamp. Entretanto,

persistem as críticas segundo as quais a Universidade mantém-se distante da comunidade e insensível à opinião pública, principalmente no que diz respeito a temas polêmicos. Como responder a estas críticas?

Luís Alberto Magna – Não cabe à Universidade criar ou se envolver em polêmicas, mas delas participar com aquilo que é a sua missão: trazer ao esclarecimento, em linguagem apropriada ao tema e ao público interessado, todo o conhecimento acumulado no assunto em discussão, assim permitindo que todos os interlocutores possam pautar a discussão com sólidas e mesmas premissas pois, muitas vezes, as polêmicas são decorrentes de desconhecimentos dos mais variados e de diferentes níveis do assunto em pauta – e aqui a Universidade não somente pode como deve atuar enfaticamente – enquanto que em outras o posicionamento ideológico é preponderante.

Mesmo nesses extremos, a ponderação da racionalidade do conhecimento é fundamental para que as pessoas, em particular, e assim a sociedade, como um todo, possam se aproximar mais intensamente do relevante papel que a Unicamp desempenha no âmbito das suas diferentes unidades de ensino e pesquisa, e também seus colégios técnicos.

JU – Como serão tratadas as reivindicações salariais que surgirão neste ano?

Luís Alberto Magna – Todos temos consciência que, sem as garantias da receita orçamentária que, no nosso caso, é de fonte única – o ICMS da nossa quota parte – pouco conseguiremos de concreto no curto prazo. No entanto, os indicadores macroeconômicos, tais como inflação (em queda), juros (em queda), câmbio (estável), balança comercial favorável (ganho com exportações superiores às importações), recuperação industrial, safra agrícola com recorde em muitos setores, apontam para recuperação no médio prazo, com estabilidade no curto prazo.

Assim, em 2017, a tarefa é estabelecer claramente o tamanho das perdas decorrentes da corrosão, pela inflação, do poder aquisitivo dos salários e escalonar suas reposições. Tudo indica que o cenário para o segundo semestre deste ano, e daí em diante, seja favorável às reposições graduais e sustentadas. Esta deve ser nossa meta e uma preocupação permanente na gestão da Universidade.

JU – Em sua opinião, os programas de inclusão social existentes hoje na Universidade são adequados? O que pode ser feito para avançar nessa área?

Luís Alberto Magna – Após as modificações introduzidas pela Pró-Reitoria de Graduação e

Comvest [Comissão Permanente para os Vestibulares] no PAAIS [Programa de Ação Afirmativa para a Inclusão Social] em 2015, elaboradas com base em critérios objetivos decorrentes de estudos e projeções, aprovadas pelo Conselho Universitário e aplicadas no vestibular de 2016, as metas estabelecidas pelo próprio Consu foram alcançadas, tanto no critério socioeconômico quanto no étnico.

Esse resultado deve se repetir no vestibular realizado em 2017 (as chamadas ainda estão em curso, daí não termos ainda o resultado final). Portanto, o PAAIS, após seu aperfeiçoamento, como apontado, é suficiente para atender às metas estabelecidas. Muito importante ressaltar que se trata de um método de inclusão dinâmico e facilmente ajustável, ajustes esses sempre previamente estudados com base científica e objetiva. Essa característica única permitirá que o mesmo seja aplicado, no futuro, de forma diferenciada por áreas de conhecimento, por exemplo, buscando dar maior procura a cursos hoje com baixa demanda.

Isso é um sensível avanço nessa área, razão pela qual o programa deve continuar e ser apoiado para atingir tais metas. Cabe aqui lembrar, também, a necessidade de preocupação com inclusão plena, lembrando-nos das pessoas com deficiência, quer auditiva, visual ou de mobilidade. A Unicamp hoje tem, por iniciativa da PRG nesta

gestão, uma exemplar Central de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais – Libras (Central TILS), bem como inicia, em conjunto com o Cepre/FCM, programa semelhante para inclusão de alunos com deficiência visual (já temos um aluno no curso de Fonoaudiologia). Mas há ainda muito mais por fazer também na mobilidade (basta um pequeno passeio a pé, em quaisquer dos nossos *campi*, para que isso fique claro).